
 /lucasdoriorverde.mt.gov.br

 (65) 3549-8300

 Av. América do Sul, 2.500 S, Parque dos Buritis, CEP: 78455-000, Lucas do Rio Verde - MT, CNPJ 24.772.246/0001-40

PORTARIA Nº 1956, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

Nomear servidores municipais como fiscal e suplente de Ata de Registro de Preço.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO, Secretária de Administração de Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no Decreto Municipal nº 3.773, de 19 de janeiro de 2018, e

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ADEMIR SANTANA PEREIRA**, Mat. 6513, ocupante do cargo de Secretário Municipal Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, como Fiscal nomear **WELLINGTON DOS SANTOS COELHO** Mat. 4743, ocupante do cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, como Suplente do Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 374/2020, 375/2020, 376/2020, 377/2020 e 378/2020 referente ao Pregão Eletrônico nº 090/2020, o qual tem por objeto registro de Preços, para aquisição de ferramentas e equipamentos de pequeno porte para serem utilizados de acordo com as necessidades das secretarias do Município de Lucas do Rio Verde - MT.

Art. 2º São atribuições do(a) servidor(a) acima mencionado(a):

Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas.

II - Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

III - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

IV - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

V - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

VI - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;


VII - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;


VIII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;


IX - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

X - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;



 /lucasdorioverde.mt.gov.br

 (65) 3549-8300

 Av. América do Sul, 2.500 S, Parque dos Buritis, CEP: 78455-000,
Lucas do Rio Verde - MT, CNPJ 24.772.246/0001-40

XXVIII - Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

XXIX - Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

XXXI - Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

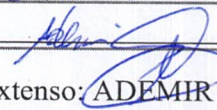
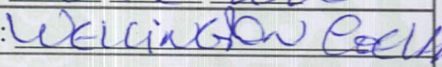
XXX - Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais "frias" ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXII - Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE;

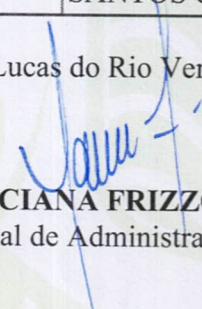
XXXIII - Considerando que as decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.


Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CPF do Fiscal: 022.137.991-64	CPF do Suplente Fiscal: 829.335.881-53
Ciente em: 01/12/2020	Ciente em: 08/12/2020
Assinatura: 	Assinatura: 
Nome por extenso: ADEMIR SANTANA PEREIRA	Nome por extenso: WELLINGTON DOS SANTOS COELHO

Lucas do Rio Verde - MT, 30 de novembro de 2020.


ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Secretária Municipal de Administração


GERSON ODAIR FRANKE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publique-se, registre-se e cumpra-se.